

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO FINANÇAS, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
BIÊNIO 2021/2022

Aos dez dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas e trinta e sete minutos, realizou-se, no Plenário da Câmara Municipal de Ponte Nova – MG, a décima reunião da Comissão de Finanças, Legislação e Justiça, sob a presidência do vereador Paulo Augusto Malta Moreira e com a presença dos vereadores Wagner Luiz Tavares Gomides e Ana Maria Ferreira Proença. A reunião contou ainda com a presença do Assessor Legislativo, Edinei dos Santos, do Assessor Jurídico, Acácio Mucci Neves, e do Agente Administrativo Analista, Bruno Siqueira Andrade. Iniciando os trabalhos, o Presidente convidou os representantes do Instituto Nacional do Seguro Social/INSS, o Sr. Antônio Vieira de Souza Neto e o Sr. Alfredo Pizani Leal, para se manifestarem acerca do Projeto de Lei nº 3.894/2022, que autoriza o Poder Executivo a proceder à reversão do imóvel doado ao INSS ao patrimônio do Município e tramita nesta Casa legislativa. Os Srs. Antônio Vieira e Alfredo Pizani se manifestaram pela não reversão do imóvel, no qual se encontra a agência do INSS em Ponte Nova – MG, devido ao interesse pela construção de sede do Instituto no local. Solicitaram, portanto, a extensão de prazo para essa construção, que aguarda aprovação de eventual emenda parlamentar para dar início à execução das obras. Após as explanações dos convidados e esclarecimentos de dúvidas por parte dos vereadores, o Presidente passou para a análise dos seguintes projetos de lei: **1) PLC 3.868/2021** - Dispõe sobre a alteração de dispositivos da Lei Complementar nº 2.058/1995 - Código Tributário Municipal, sobre a instituição da taxa de manejo de resíduos sólidos urbanos, TMRS, no âmbito do Município de Ponte Nova e dá outras providências. A Comissão deliberou por aguardar maiores informações para emissão de parecer; **2) PLC 3.882/2022** - Dispõe sobre a aplicação do direito real de laje no Município de Ponte Nova. A Comissão deliberou por aguardar maior análise do Projeto de Lei Complementar; **3) PLC 3.883/2022** - Altera a lei complementar nº 4.029/2016, que dispõe sobre o plano diretor, e a lei complementar nº 3.445/2010, que dispõe sobre ocupação, uso do solo e zoneamento, para incluir o direito de superfície e o direito de laje entre os instrumentos jurídicos de política urbana e ordenamento territorial. A Comissão deliberou por aguardar maior análise do Projeto de Lei Complementar; **4) PLC 3.900/2022** - Altera o parágrafo 5º do artigo 40 da Lei Municipal nº 3.027/2007, que dispõe sobre o Código Municipal de Posturas; e altera o artigo 16 da Lei Municipal nº 4.141/2017, para dispor sobre o procedimento de apreensão e remoção de veículos abandonados. A Comissão deliberou por aguardar maior análise do Projeto de Lei Complementar; **5) PL 3.901/2022** - Dispõe sobre a criação do Adicional de Participação em Equipe de Coleta de Resíduos e dá outras providências. A Comissão concedeu vista ao Projeto de Lei a pedido do Presidente,

Paulo Augusto Malta Moreira; **6) PL 3.902/2022** - Autoriza contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências. A Comissão concedeu vista ao Projeto de Lei a pedido da vereadora Ana Maria Ferreira Proença; **7) PL 3.908/2022** - Altera os anexos da Lei Municipal nº 4.532/2021, que institui o PPA, Plano Plurianual, para o quadriênio 2022-2025, e dá outras providências. A Comissão deliberou por aguardar melhor análise do Projeto de Lei. Em seguida o vereador Wagner Luiz Tavares Gomides solicitou a constituição de Comissão Especial Mista para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 3.915/2022, que dispõe sobre vencimentos dos profissionais do magistério, para adequação ao piso salarial nacional fixado pela Portaria nº 67/2022 do Ministério da Educação, altera a Lei nº 4.537/2022 e as Leis Complementares nº 2.728/2003 e nº 4.238/2019, e dá outras providências. A Comissão se manifestou favorável à criação da Comissão Especial Mista proposta pelo vereador. Na oportunidade, a Comissão também deliberou por: 1) enviar ofício ao Executivo, reiterando o pedido de informações sobre o Projeto de Lei Complementar nº 3.868/2022; 2) enviar ofício ao Executivo, solicitando a assinatura de profissional técnico responsável pela elaboração do Impacto Orçamentário e Financeiro apresentado no Projeto de Lei nº 3.901/2022. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezesseis horas e cinquenta e três minutos. Assim, lavrou-se a presente ata, aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

Paulo Augusto Malta Moreira
Presidente

Wagner Luiz Tavares Gomides
Secretário

Ana Maria Ferreira Proença
Membro